

JORNAL

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A.

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

(a) **ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, na Rua Manoel de Castro, nº 1.170, CEP 59.070-700, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 23.314.594/0001-00 e com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte ("JUCERN") sob o nº 24300004419, neste ato, representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

e, como agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das debêntures da 3ª (terceira) emissão da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista" e "Emissão", respectivamente),




(b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 17.343.682/0001-38, neste ato, representada na forma do seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário");

vêm por esta celebrar, na melhor forma de direito, o presente "Instrumento Particular de Escritura da 3ª (terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Alesat Combustíveis S.A." ("Escritura de Emissão"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é firmada com base nas deliberações tomadas na Reunião de Conselho de Administração da Emissora, realizada em 15 de setembro de 2015 ("RCA") e da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 15 de setembro de 2015 ("AGE"), nas quais foram deliberadas e aprovadas (a) a Emissão, incluindo seus termos e condições, conforme o disposto no artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e (b) a realização da Oferta Restrita (conforme definida abaixo), incluindo os seus termos e condições, conforme o disposto na Lei

1.

n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (Lei 6.385/76) e na Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (Instrução CVM 476).

Cláusula Segunda – DOS REQUISITOS

A Emissão das Debêntures será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de Registro na CVM.

2.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 6º da Instrução CVM 476 e o artigo 19 da Lei 6.385/76. Não obstante, o Coordenador Líder (conforme definido abaixo) enviará à CVM (i) comunicação de início da Oferta Restrita (conforme definida abaixo), nos termos do artigo 7-A da Instrução CVM 476; e (ii) comunicação de encerramento da Oferta Restrita, nos termos do artigo 8º da Instrução CVM 476.

2.2. Arquivamento e Publicação das Atas de AGE e RCA.

2.2.1. As atas da AGE e da RCA que deliberaram sobre a Emissão e a Oferta Restrita (conforme definida abaixo) serão (a) devidamente arquivadas na JUCERN, e (b) publicada no Jornal Tribuna do Norte e no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte, em conformidade com o artigo 62, inciso I, e artigo 289, ambos da Lei das Sociedades por Ações.

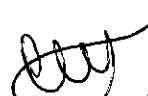


2.3. Arquivamento desta Escritura de Emissão.

2.3.1. A presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCERN (ou, em caso de alteração da sede da Emissora, na Junta Comercial competente), nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3.2. A Emissora se compromete a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, devidamente registrados na JUCERN (ou, em caso de alteração da sede da Emissora, na Junta Comercial competente) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, após a obtenção do referido registro.

2.4. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica.

2.4.1. As Debêntures serão depositadas para distribuição pública no mercado primário através do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado

2. 



pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente na CETIP.

2.4.2. As Debêntures serão depositadas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações das Debêntures liquidadas na CETIP e as Debêntures depositadas eletronicamente na CETIP, observado o disposto na Cláusula 5.3. abaixo.

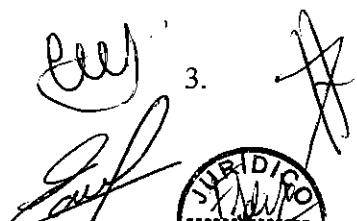
2.5. Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.5.1. Por se tratar de oferta para distribuição pública com esforços restritos de distribuição e sem a utilização de prospecto, a Oferta Restrita (conforme definida abaixo) poderá vir a ser registrada na ANBIMA, exclusivamente para fins de informar a base de dados da ANBIMA, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 1º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", estando referido registro condicionado à expedição, até a data de encerramento da Oferta Restrita, de diretrizes específicas para o cumprimento desta obrigação.

Cláusula Terceira – OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

3.1. De acordo com o seu Estatuto Social, a Emissora tem como objeto social: (i) a compra, armazenagem, venda e distribuição de combustíveis líquidos, derivados de petróleo, álcool combustível, biodiesel, gás liquefeito de petróleo, gás natural veicular, querosene iluminante, querosene de aviação e óleos combustíveis; (ii) a compra, venda e distribuição de aditivos para combustíveis, bem como motores; (iii) a prestação de serviços de transportes rodoviários municipal e interestadual de combustíveis, cargas sólidas a granel e cargas fracionadas; (iv) a participação no capital de outras sociedades, como sócia quotista ou acionista; (v) a concessão de franquias e cessão de direitos a terceiros, para uso das marcas e nomes comerciais de titularidade da Emissora, bem como do conjunto de elementos visuais que a identificam com exclusividade; (vi) arrendamento de equipamentos; (vii) a exploração de lojas de conveniência; (viii) a locação de veículos; (ix) a fabricação, compra e venda de lubrificantes automotivos industriais; (x) os serviços de *Call Center*; (xi) o comércio atacadista de produtos derivados de petróleo (asfaltos, asfalto oxidado, asfaltos modificados, inclusive por polímero e pó de borracha, asfalto diluído, emulsões asfálticas com polímero e emulsões asfálticas catiônicas e aniônicas) e a distribuição, importação e exportação de asfalto e seus derivados (asfalto de petróleo, cimento asfáltico); (xii) a prestação de serviço de monitoramento e localização de veículos; e (xiii) a importação de etanol.

3.



Cláusula Quarta – DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

4.1. Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados exclusivamente para aquisição e/ou financiamento da produção, pela Emissora, de etanol direto dos produtores rurais.

Cláusula Quinta – CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

5.1. Colocação e Procedimento de Distribuição

5.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures ("Oferta Restrita"), com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema de valores mobiliários na qualidade de instituição intermediária líder da Oferta Restrita ("Coordenador Líder"), nos termos do "Contrato de Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, da Alesat Combustíveis S.A.", a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição").

5.1.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"). Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar no máximo 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados (conforme abaixo definido), nos termos da Cláusula 5.1.3 abaixo, sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados.

5.1.3. O público alvo da Oferta Restrita será composto por investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), observado ainda o disposto nos incisos I e II do artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados").

5.1.3.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e do artigo 109 da Instrução CVM 409, para fins da Oferta Restrita descrita na presente Cláusula: (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas consideradas Investidores Qualificados deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

4.
JURIDICO

5.1.3.2. Os fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para fins dos limites previstos na Cláusula 5.1.3.1 acima.

5.1.4. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o Plano de Distribuição descrito nesta Cláusula Quinta.

5.1.5. A Emissora e o Coordenador Líder comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

5.1.6. Cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando, dentre outros, estar ciente de que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão e na regulamentação aplicável, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condições; e (c) efetuou a sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora.

5.1.7. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

5.1.8. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

5.2. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

5.2.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo), sendo que todas as Debêntures serão subscritas e integralizadas em uma única data ("Preço de Subscrição").

5.2.1.1. As Debêntures serão integralizadas, à vista, em moeda corrente nacional pelo Preço de Subscrição, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), de acordo com as normas e procedimentos de liquidação aplicáveis à CETIP.

5.



5.2.1.2. Respeitado o atendimento dos requisitos a que se refere a Cláusula 2 acima, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição da Oferta, observado o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476 e no Contrato de Distribuição.

5.3 Negociação

5.3.1. As Debêntures serão depositadas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21. As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, observado o cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados, exceto se a Emissora obtiver o registro de que trata o artigo 21 da Lei nº 6.385 de 7 de dezembro de 1976.

Cláusula Sexta – CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES

6.1. Série

6.1.1. A Emissão será realizada em série única.

6.2. Valor Total da Emissão

6.2.1. O valor total da Emissão será de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Total da Emissão").

6.3. Quantidade de Debêntures

6.3.1. Serão emitidas 2.000 (duas mil) Debêntures.

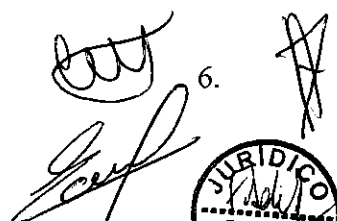
6.4. Número da Emissão

6.4.1. A Emissão representa a 3ª (terceira) emissão pública de debêntures da Emissora.

6.5. Banco Liquidante e Escriturador

6.5.1. O banco liquidante da presente Emissão será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, CEP 04344-902, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante") e o escriturador das Debêntures será a Itaú Corretora

6.

A handwritten signature is written over a circular stamp that contains the word "JURIDICO". To the right of the signature, there is a handwritten mark that resembles a stylized 'X' or a signature.

de Valores S.A., instituição financeira, com sede na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escrutador").

6.6. Data de Emissão das Debêntures

6.6.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 22 de setembro de 2015 ("Data de Emissão").

6.7. Valor Nominal Unitário das Debêntures

6.7.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

6.8. Forma, Conversibilidade e Comprovação da Titularidade das Debêntures

6.8.1. As Debêntures serão da forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautela ou certificados, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

6.8.2. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista quando as Debêntures estiverem depositadas eletronicamente na CETIP.

6.9. Espécie

6.9.1. As Debêntures serão da espécie quirografária, não contando com garantias reais ou fidejussórias.

6.10. Prazo de Vigência e Data de Vencimento

6.10.1. As Debêntures terão prazo de vigência de 366 (trezentos e sessenta e seis) dias, contado da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 22 de setembro de 2016 ("Data de Vencimento").

6.11. Amortização

6.11.1. A amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures será realizada integralmente, na Data de Vencimento.

7.

6.12. Atualização do Valor Nominal Unitário e Remuneração das Debêntures

6.12.1. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios, correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over extra grupo*", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa ("Spread") de 2,00% (dois inteiros por cento) ao ano, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração (conforme definida abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, e será paga ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido na Cláusula 6.12.4 abaixo, de acordo com a fórmula constante na Cláusula 6.12.3 abaixo ("Remuneração").

6.12.3. O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1)$$

onde:

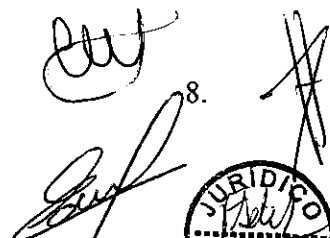
J	valor unitário da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;
VNe	Valor Nominal Unitário no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
Fator de Juros	Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido do <i>spread</i> calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator de Juros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

onde:

FatorDI	produtório das Taxas DI-Over, da data de início do Período de Capitalização (conforme definido abaixo) inclusive, até a data de cálculo
---------	---

8.



da Remuneração exclusiva, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

- k número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n ;
- n número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), sendo "n" um número inteiro;
- TDI_k Taxa DI-Over, de ordem k , expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:


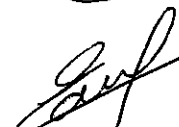

- DI_k Taxa DI, de ordem k , divulgada pela CETIP válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;
- FatorSpread Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DP}}{252}} \right] \right\}$$

onde:

- spread* 2,0000 (dois inteiros);
- DP É o número de Dias Úteis entre a Data de Integralização ou Data de Pagamento da Remuneração (conforme definida abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "DP" um número inteiro;

9.

6.12.3.1. O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

6.12.3.2. Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

6.12.3.3. Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

6.12.3.4. O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

6.12.3.5. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

6.12.4. O período de capitalização da Remuneração ("Período de Capitalização") é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização, e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração (conforme definida abaixo) e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior e termina na Data de Pagamento da Remuneração subsequente, ou na hipótese de declaração do vencimento antecipado, conforme previsto na Cláusula 6.18 abaixo, na data em que o primeiro deles ocorrer. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

6.12.5. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração da Remuneração, será aplicada a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI disponível.

6.12.5.1. Na ausência da apuração e/ou divulgação e/ou limitação da utilização e/ou extinção da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias após a data esperada para apuração e/ou divulgação ("Prazo DI") e/ou em caso de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, será convocada, pelo Agente Fiduciário, em 2 (dois) Dias Úteis contados a partir do último dia do Prazo DI ou da data de extinção ou inaplicabilidade da Taxa DI, conforme o caso, pelo Agente Fiduciário, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), nos termos da Cláusula Nona abaixo, a qual terá como objeto a deliberação pelos Debenturistas, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures ("Nova Remuneração").

10.

JURÍDICO
VISTO

JURIDICO

6.12.5.2. Até a deliberação da Nova Remuneração, quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, será aplicada a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI disponível.


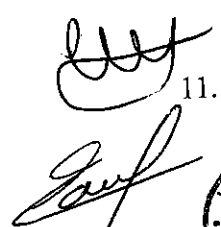
6.12.5.3. Caso a Taxa DI volte a ser apurada/divulgada e/ou sua utilização volte a ser permitida antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) de que trata na Cláusula 6.12.5.1 acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada, passando a Taxa DI novamente a ser utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos desta Cláusula 6.12.5.3, a última Taxa DI divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

6.12.5.4. Na hipótese da Cláusula 6.12.5.1 acima, caso não haja acordo sobre a Nova Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), a Emissora deverá optar, a seu exclusivo critério e na mesma Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) de que trata na Cláusula 6.12.5.1 acima, por uma das alternativas a seguir estabelecidas:

- (a) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, no prazo máximo de 20 (vinte) Dias Úteis contados da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Integralização das Debêntures ou a partir da última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração das Debêntures a serem adquiridas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente;
- (b) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures, com sua consequente liquidação, acrescida da Remuneração, calculada de acordo com a Nova Remuneração, em cronograma estipulado em comum acordo pelas partes, o qual não excederá (i) para o pagamento da amortização do Valor Nominal Unitário, a Data de Vencimento; e (ii) para o pagamento da Nova Remuneração, as Datas de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definidas).

6.13. Pagamento da Remuneração

11.



6.13.1. A Remuneração será devida desde a Data de Integralização e será paga em 22 de março de 2016 e na Data de Vencimento (ou na data em que ocorrer o vencimento antecipado das Debêntures, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, se for o caso) (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração").

6.13.2. Farão jus aos pagamentos aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil anterior a cada Data de Pagamento prevista na presente Escritura de Emissão.

6.14. Repactuação

6.14.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

6.15. Aquisição Facultativa


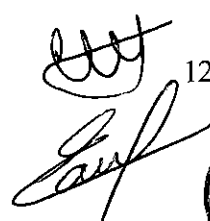
6.15.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, observados os prazos estabelecidos na Instrução CVM 476, adquirir Debêntures, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou serem novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures.

6.16. Resgate Antecipado das Debêntures

6.16.1. Se for proposta ou iniciada contra a Emissora e/ou as Controladas (conforme abaixo definido) ou seus administradores, qualquer procedimento investigativo, administrativo, judicial ou extrajudicial relacionado à prática de atos lesivos à administração pública, ao sistema financeiro nacional, crimes contra a ordem tributária, lavagem de dinheiro, trabalho infantil, trabalho análogo ao escravo, prostituição, nos termos da legislação aplicável, o Agente Fiduciário deverá convocar, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis, contados da ciência dos eventos acima, uma Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), para que Debenturistas representando, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definidas abaixo) possam deliberar sobre o resgate antecipado das Debêntures pela Emissora, nos termos previstos abaixo ("Resgate Antecipado Compulsório"). A Emissora se compromete a notificar o Agente Fiduciário, em até 1 (um) Dia Útil, contado da ocorrência dos atos supracitados.

6.16.2. Caso a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definido), referida na Cláusula 6.16.1 acima, delibere sobre o Resgate Antecipado Compulsório, as Debêntures deverão ser resgatadas antecipadamente pela Emissora em sua totalidade, no prazo máximo de

12.



5 (cinco) Dias Úteis da realização da referida Assembleia Geral de Debenturistas, sendo vedado à Emissora promover o resgate parcial das Debêntures.

6.16.3. Para operacionalizar a hipótese prevista na Cláusula 6.16.2 acima, Emissora deverá promover o resgate antecipado da totalidade das Debêntures mediante comunicação a cada um dos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, ou mediante publicação de aviso aos Debenturistas, com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis, e envio de comunicação escrita ao Agente Fiduciário acerca da referida publicação ("Notificação de Resgate"). A Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, deverá enviar comunicação escrita à CETIP, com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis, informando a data e o procedimento do Resgate Antecipado Compulsório. O Agente Fiduciário se obriga, desde já, a tomar todas as providências necessárias para o acompanhamento do Resgate Antecipado Compulsório, nos termos da Notificação de Resgate.

6.16.4. A Notificação de Resgate deverá conter, no mínimo, as seguintes informações: (a) o Valor Nominal Unitário das Debêntures objeto de Resgate Antecipado Compulsório; e (b) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Compulsório. Para fins do Resgate Antecipado Compulsório, a Remuneração devida será calculada na data de realização do Resgate Antecipado Compulsório, nos termos previstos na Cláusula 6.12.3. acima.

6.16.5. As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos deverão ser resgatadas de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP e canceladas pela Emissora.

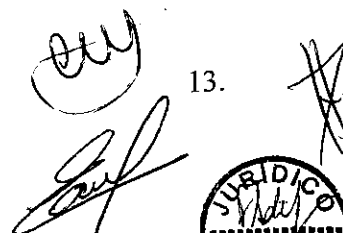
6.17. Amortização Extraordinária

6.17.1. Não será permitida a realização de amortização extraordinária do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

6.18. Vencimento Antecipado

6.18.1. Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.18.2 a 6.18.5 abaixo, as Debêntures e todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas, tornando-se exigível da Emissora o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização, ou a última Data de Pagamento da Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, da cobrança dos Encargos Moratórios (conforme definidos abaixo) e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos de quaisquer dos documentos da Emissão ("Montante Devido Antecipadamente"), na



13.


A handwritten signature is written over a circular stamp that contains the word "JURIDICO".

ocorrência das hipóteses descritas na Cláusula 6.18.2. abaixo, observadas as eventuais prazos de cura, quando aplicáveis (cada um, um "Evento de Vencimento Antecipado"): ---

- (a) não pagamento, na respectiva data estabelecida para pagamento, pela Emissora de (i) qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures, incluindo o pagamento do Valor Nominal Unitário, da Remuneração, dos Encargos Moratórios e/ou (ii) qualquer outra obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não indicada no item (i) acima, não sanado no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis, exclusivamente para este item (ii);
- (b) inadimplemento ou vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias contraídas no âmbito do mercado financeiro ou no mercado de capitais, pela Emissora ou por qualquer sociedade que lhe seja controlada pela Emissora ("Controladas"), ou ocorrência de vencimento antecipado de quaisquer obrigações a que esteja sujeita a Emissora e/ou as Controladas, em valor individual ou agregado, igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, e que não sejam decorrentes da presente Escritura de Emissão, não sanado nos prazos de cura eventualmente previstos nos respectivos contratos ou instrumentos;
- (c) caso a SAT HOLDING S.A., sociedade por ações inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.969.901/0001-00, a DBVA SAT HOLDINGS ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA, sociedade limitada inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.941.744/0001-78 e a ASM PARTICIPAÇÕES SOCIETARIAS S.A., sociedade por ações inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.855.352/0001-78 deixem de deter o controle acionário da Emissora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), exceto se a operação tiver sido aprovada pelos Debenturistas representando, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definidas abaixo), reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo);
- (d) cisão, fusão ou incorporação (inclusive incorporação de ações) ou qualquer forma de reorganização societária da Emissora e/ou das Controladas sem prévia aprovação de, pelo menos, 51% (cinquenta e um por cento) dos titulares das Debêntures em Circulação (conforme definidas abaixo) reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) convocada especificamente para este fim, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, ressalvada a hipótese prevista no parágrafo primeiro do referido artigo;
- (e) (i) proposta pela Emissora e/ou pelas Controladas, a qualquer credor ou classe de credores de plano de recuperação judicial ou extrajudicial, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; (ii) requerimento pela

14.



Emissora e/ou pelas Controladas de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;

- (f) cessação de atividades empresariais pela Emissora e/ou adoção de medidas voltadas à sua liquidação, dissolução ou extinção;
- (g) (i) decretação ou pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou das Controladas, desde que (A) no prazo legal, não seja apresentada defesa pela Emissora comprovando falsidade de título; prescrição; nulidade de obrigação ou de título; pagamento da dívida; qualquer outro fato que extinga ou suspenda obrigação ou não legitime a cobrança de título; vício em protesto ou em seu instrumento e/ou (B) referido pedido de falência não seja elidido, na forma da lei; ou (ii) pedido de autofalência formulado pela Emissora e/ou pelas Controladas;
- (h) realização de redução de capital social da Emissora, sob qualquer forma, após a data de assinatura desta Escritura de Emissão, sem que haja anuência prévia dos Debenturistas, conforme disposto no parágrafo 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (i) não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão nos termos da Cláusula Quarta acima;
- (j) cessão ou qualquer forma de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora, de qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, exceto se previamente aprovado por Debenturistas representando, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definidas), reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo);
- (k) caso provarem-se falsas, enganosas ou incompletas quaisquer das declarações prestadas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, sem que a declaração falsa, enganosa ou incompleta seja devidamente corrigida e/ou completada e/ou justificada pela Emissora no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de sua ciência pela Emissora e que tal correção, complementação e/ou justificativa seja aceita, na sequência, pelos Debenturistas representando, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definidas abaixo), reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo);
- (l) questionamento judicial, pela Emissora e/ou pelas Controladas da Escritura de Emissão ou de qualquer de suas obrigações sob a Escritura de Emissão;
- (m) se a Escritura de Emissão ou qualquer uma de suas disposições relevantes forem revogadas, anuladas, rescindidas, se tornarem nulas, inválidas, inexecutáveis ou deixarem

15.



de estar em pleno efeito e vigor, sem que tal fato não seja remediado pelas Partes no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de sua ciência pelas Partes, sendo que referida remediação deverá ser aprovada, na sequência, pelos Debenturistas representando, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definidas abaixo), reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo);

- (n) caso a Emissora, durante a vigência desta Escritura de Emissão, realize, isolada ou cumulativamente: (i) pagamentos aos acionistas, a título de dividendos (exceto pelos dividendos mínimos obrigatórios), participação nos resultados, juros sobre capital próprio e remuneração por prestação de avais ou fianças, enquanto estiver em mora com obrigações pecuniárias emergentes desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer contrato financeiro celebrado pela Emissora; e (ii) operações de concessões de empréstimos, incluindo a subscrição de debêntures, a pessoas físicas ou jurídicas, em valor individual ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, exceto quando realizadas em condições de mercado entre a Emissora e suas Controladas;
- (o) alteração do objeto social da Emissora, conforme disposto em seu Estatuto Social vigente na Data de Emissão, exceto se não resultar em alteração da atividade principal da Emissora;
- (p) transformação do tipo societário da Emissora, de modo que deixe de ser uma sociedade anônima, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;
- (q) descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista na presente Escritura de Emissão, não sanada no período de cura estipulado para a respectiva obrigação ou, na sua ausência, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da sua ocorrência;
- (r) ocorrência de eventos ou situações relacionados aos negócios, bens e/ou resultados operacionais da Emissora que, a critério dos Debenturistas representando, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definidas abaixo), impossibilitem à Emissora a honrar tempestivamente suas obrigações, pecuniárias ou não, relativas às Debêntures, decorrentes desta Escritura de Emissão ("Mudança Adversa Relevante");
- (s) alienação pela Emissora, de ativos imobilizados para garantia de operações de empréstimo contraídas no âmbito do mercado financeiro ou do mercado de capitais, exceto nas hipóteses: (i) em que os recursos obtidos com o referido empréstimo sejam utilizados para a aquisição de novos bens da Emissora, sendo tais empréstimos garantidos pelos referidos

16.



bens; ou (ii) no curso ordinário de seus negócios, em valor igual ou inferior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais);

- (t) ressalvado o disposto no item (s) acima, cessão, promessa de cessão, venda ou alienação pela Emissora, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de ativos imobilizados em valor igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, sem a anuência de Debenturistas representando, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definidas), reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo);
- (u) (i) não pagamento de qualquer laudo arbitral definitivo, decisão ou sentença judicial transitada em julgado condenando ou determinando pagamento, pela Emissora e/ou Controladas, cujo valor, individual ou agregado, seja superior R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), no prazo definido na referida decisão para seu cumprimento; ou (ii) existência de qualquer laudo arbitral, decisão (inclusive na esfera administrativa) ou sentença de primeira instância, condenando ou determinando pagamento, pela Emissora e/ou Controladas, cujo valor, individual ou agregado, seja superior R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais);
- (v) ajuizamento de ação de execução ou protesto legítimo de títulos contra a Emissora e/ou as Controladas no mercado local ou internacional, em valor individual ou agregado, superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, salvo se for validamente comprovado pela Emissora ao Agente Fiduciário que (i) em relação às ações de execução, o processo de execução teve seus efeitos suspensos por decisão judicial ou com a apresentação em juízo pela Emissora das devidas garantias no prazo legal; ou (ii) em relação ao protesto de títulos, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da ciência pela Emissora do referido protesto que (A) o protesto foi cancelado ou susinado; ou (B) foi apresentada defesa e prestadas as devidas garantias em juízo;
- (w) arresto, sequestro ou penhora de bens da Emissora e/ou das Controladas, em valor igual ou superior, em montante individual ou agregado, a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, desde que (i) o referido arresto, sequestro ou penhora de bens não tenham os seus efeitos suspensos no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da sua realização, ou (ii) as referidas restrições impeçam de forma definitiva a manutenção do curso ordinário dos negócios da Emissora, conforme definido pelos Debenturistas representando, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definidas), reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo);
- (x) desapropriação, confisco ou qualquer outro ato de qualquer entidade governamental de qualquer jurisdição que resulte na perda, pela Emissora e/ou pelas Controladas, da

17.



propriedade de ativos imobilizado, que impossibilite a manutenção do curso ordinário de seus negócios, conforme definido pelos Debenturistas representando, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definidas), reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo);


- (y) caso a Emissora não realize o Resgate Antecipado Compulsório, nos termos da Cláusula 6.16. acima;
- (z) sem prejuízo do disposto no item (r) da presente Cláusula, a não obtenção, renovação, cancelamento, revogação ou suspensão de autorizações, licenças e outorgas, materialmente relevantes inclusive as ambientais, exigidas para que a Emissora possa operar que afete o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, exceto aquelas que a Emissora esteja comprovadamente diligenciando para obter, ou se dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de tal não obtenção, renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional (ou administrativo, se for o caso) autorizando a regular continuidade de suas atividades até a renovação ou obtenção da referida licença, autorização ou outorga; e
- (aa) atuação da Emissora em desconformidade com as disposições da Lei nº 12.846, de 1 de agosto de 2013 ("Lei Anticorrupção"), apurada através de sentença judicial transitada em julgado.

6.18.2. Para os fins de que trata essa Escritura de Emissão, "Data de Vencimento Antecipado" será qualquer uma das seguintes datas: (i) na hipótese dos eventos previstos nas alíneas (a), (b), (d), (e), (f), (g), (h), (i), (j), (l), (n), (o), (p), (q), (u), (y) e (aa) da Cláusula 6.18.1 acima, será a data em que ocorrer qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado, independente de notificação nesse sentido, devendo o Agente Fiduciário, sem prejuízo do caráter automático do Evento de Vencimento Antecipado e de qualquer direito dos Debenturistas, notificar a Emissora do vencimento antecipado das Debêntures, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da ciência da ocorrência dos eventos mencionados acima, requerendo o imediato pagamento do Montante Devido Antecipadamente, nos termos da Cláusula 6.18.4. abaixo; ou (ii) na hipótese dos eventos previstos nas alíneas (c), (k), (m), (r), (s), (t), (v), (w), (x) e (z) da Cláusula 6.18.1 acima, será a data em que se realizar a Assembleia Geral de Debenturistas de que trata a Cláusula 6.18.3 abaixo, se tal Assembleia Geral aprovar o vencimento antecipado das Debêntures.

6.18.3. Na hipótese de ocorrência dos eventos listados no item (ii) da Cláusula 6.18.2. acima, o Agente Fiduciário deverá, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que for constatada a ocorrência do referido Evento de Vencimento Antecipado, convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures. O Agente Fiduciário deverá notificar a Emissora da convocação da Assembleia Geral de

18.



Debenturistas no mínimo 1 (um) Dia Útil ou 2 (dois) dias corridos, o maior dos dois prazos, antes da data de sua realização.

6.18.4. Na hipótese de não instalação em segunda convocação da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida), nos termos da Cláusula 6.18.3 acima, ou caso os Debenturistas titulares de Debêntures em Circulação que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Debêntures em Circulação decidam por declarar o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do Montante Devido Antecipadamente, mediante imediato envio de notificação à Emissora neste sentido.

6.18.5. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a, em até 1 (um) Dia Útil, contado do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário por meio de carta protocolizada ou encaminhada com aviso de recebimento no endereço constante da Cláusula Décima Primeira desta Escritura de Emissão: (i) pagar o Montante Devido Antecipadamente correspondente à totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento destas; e (ii) em conjunto com o Agente Fiduciário, comunicar a CETIP sobre o pagamento do Montante Devido Antecipadamente.

6.19. Multa e Juros Moratórios

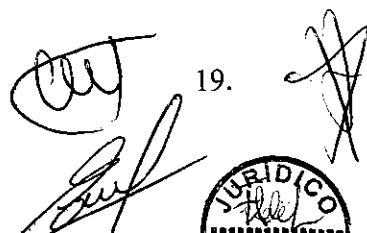
6.19.1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, incluindo, sem limitação, o pagamento da Remuneração devida nos termos desta Escritura de Emissão, ficarão sujeitos, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) a multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) a juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios").

6.20. Atraso no Recebimento dos Pagamentos

6.20.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 6.19. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração das Debêntures e/ou Encargos Moratórios a partir da data em que o valor correspondente seja disponibilizado pela Emissora ao Debenturista, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a referida data.

6.21. Imunidade ou Isenção de Debenturistas

19.

A handwritten signature is written over the page number 19. Below the signature is a circular stamp with the word "JURIDICO" at the top and "FIDUCIARIO" at the bottom. Inside the stamp, there is a signature and the date "19/08/2019".

6.21.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

6.22. Forma e Local de Pagamento

6.22.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP. As Debêntures que não estiverem depositadas junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados através do Escriturador das Debêntures ou na sede da Emissora, se for o caso.

6.23. Prorrogação dos Prazos

6.23.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista e decorrente desta Escritura de Emissão, se o vencimento coincidir com dia que seja um feriado nacional, sábado ou domingo. Para fins desta Escritura de Emissão será considerado "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

6.24. Publicidade

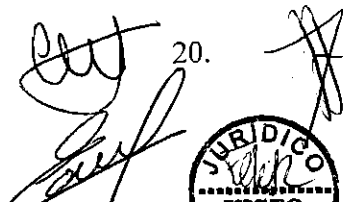
6.24.1. Os atos societários da Emissora serão publicados nos jornais usualmente utilizados pela Emissora, quais sejam: o (i) Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte e (ii) Jornal Tribuna do Norte. Não obstante, todas as publicações que tiverem relação com a Emissão ou envolvam interesses dos Debenturistas exceto atos societários, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos ou anúncios, no (i) Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte e no (ii) Jornal Tribuna do Norte, sendo certo que caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário e publicar um aviso no jornal a ser substituído, comunicando acerca da substituição e informando o novo veículo de publicação.

Cláusula Sétima – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1. Sem prejuízo das demais obrigações constantes desta Escritura de Emissão, a Emissora está adicionalmente obrigada a:

- (a) Fornecer ao Agente Fiduciário no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis após o que ocorrer primeiro entre o 90º (nonagésimo) dia contado do término de cada exercício social e a

20.

A handwritten signature is written over a circular stamp that contains the word "JURIDICO".

data da efetiva divulgação (a) cópia das demonstrações financeiras da Emissora relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes ("Auditores Independentes") relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM ("Demonstrações Financeiras Consolidadas"); bem como (b) declaração de diretor estatutário da Emissora, na forma do seu estatuto social atestando: (i) que permanecem válidas, em relação à Emissora, as disposições contidas na Escritura de Emissão; (ii) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; e (iii) que não foram praticados atos em desacordo com o Estatuto Social da Emissora;

- (b) fornecer ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da respectiva solicitação, qualquer informação relevante que lhe venha a ser solicitada com relação a si ou de interesse dos Debenturistas;
- (c) atender a destinação de recursos prevista na Cláusula 4.1 acima;
- (d) confirmar, quando solicitado, ao Agente Fiduciário, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva solicitação, de que está adimplente com suas obrigações, nos termos estabelecidos nesta Escritura de Emissão;
- (e) fornecer ao Agente Fiduciário, os avisos aos Debenturistas, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora, que envolvam interesse dos Debenturistas, em até 3 (três) Dias Úteis após sua publicação ou, se não forem publicados, da data em que tais atos forem realizados;
- (f) fornecer ao Agente Fiduciário declaração, conforme modelo constante do Anexo I à esta Escritura de Emissão a respeito da destinação dos recursos captados por meio da Emissão: (i) em até 30 (trinta) dias contados da Data de Integralização, referente a utilização de no mínimo 100% (cem por cento) do Valor Total da Emissão, acompanhado da relação de produtores rurais, sujeito a cobrança de multa equivalente a 2,00% (dois inteiros por cento) do Valor Total da Emissão caso esta obrigação seja descumprida, paga em até 2 (dois) Dias Úteis após envio de notificação pelo Agente Fiduciário acerca do referido descumprimento; e (ii) em até 30 (trinta) dias contados da primeira Data de Pagamento da Remuneração, referente a utilização de recursos em montante no mínimo equivalente a 100% (cem por cento) do Valor Total da Emissão, acompanhado da relação de produtores rurais;
- (g) atender de forma eficiente às solicitações dos Debenturistas;

21.

JURIDICO

- JURIDICO
- JURIDICO
- (h) convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida) para deliberar sobre qualquer matéria que diretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura de Emissão, mas deixe de fazê-lo;
 - (i) informar o Agente Fiduciário em até 3 (três) Dias Úteis sobre a ocorrência de qualquer evento previsto na Cláusula 6.18 desta Escritura de Emissão;
 - (j) na medida em que exigido pela legislação em vigor, cumprir todas as determinações emanadas da CVM e CETIP, bem como de outros agentes reguladores e/ou autorreguladores, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
 - (k) notificar em até 3 (três) Dias Úteis o Agente Fiduciário sobre qualquer Mudança Adversa Relevante que (i) possa afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;
 - (l) não praticar qualquer ato em desacordo com o Estatuto Social, com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas perante os Debenturistas;
 - (m) cumprir todas as obrigações principais e acessórias assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão;
 - (n) manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador, o Agente Fiduciário, ou seus substitutos eventualmente contratados, bem como a CETIP, para disponibilização do sistema de negociação no mercado secundário, CETIP21;
 - (o) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
 - (p) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para

Trial	Subject 1	Subject 2	Subject 3	Subject 4	Subject 5	Subject 6	Subject 7	Subject 8	Subject 9	Subject 10
1	10	15	20	25	30	35	40	45	50	55
2	15	20	25	30	35	40	45	50	55	60
3	20	25	30	35	40	45	50	55	60	65
4	25	30	35	40	45	50	55	60	65	70
5	30	35	40	45	50	55	60	65	70	75
6	35	40	45	50	55	60	65	70	75	80
7	40	45	50	55	60	65	70	75	80	85
8	45	50	55	60	65	70	75	80	85	90
9	50	55	60	65	70	75	80	85	90	95
10	55	60	65	70	75	80	85	90	95	100

- 23.

quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente ineficazes, inconsistentes, imprecisas, incompletas, incorretas ou insuficientes;

- (x) cumprir em todos os seus aspectos materialmente relevantes com as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis relacionadas ao exercício regular de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- (y) assegurar que os recursos líquidos obtidos com a Oferta Restrita não sejam empregados em quaisquer Condutas Indevidas (conforme definidas na Cláusula 10.1 (a) abaixo);
- (z) até a Data de Vencimento, observar, cumprir e/ou fazer cumprir, por si, suas Controladas e as pessoas agindo em seu nome, incluindo gerentes, conselheiros, diretores e empregados ("Representantes") toda e qualquer Lei Anticorrupção (conforme abaixo definida), bem como abster-se de praticar quaisquer das Condutas Indevidas (conforme abaixo definidas na Cláusula 10.1., item "a"), devendo (i) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira, bem como realizar quaisquer das Condutas Indevidas; e (ii) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicar em até 1 (um) Dia Útil ao Agente Fiduciário;
- (aa) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, que sejam materialmente relevantes para o exercício de suas atividades, conforme as práticas passadas da Emissora e o curso normal de seus negócios, excepcionadas as hipóteses em que a Emissora esteja comprovadamente diligenciando para obter referidos documentos, ou se, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de eventual não obtenção, renovação, cancelamento, revogação ou suspensão dos referidos documentos, a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional (ou administrativo, se for o caso) autorizando a regular continuidade de suas atividades até a renovação ou obtenção dos referidos documentos;
- (bb) enviar os atos societários da Emissora, os dados financeiros da Emissora e o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário para a realização do relatório citado na alínea (l) do item 8.5, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto na alínea (o) do item 8.5 abaixo; e
- (cc) enviar as notas fiscais de compra de etanol emitidas de forma eletrônica (PDF), por

24.



correio eletrônico, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da solicitação do Agente Fiduciário, em virtude de solicitação por parte dos Debenturistas.

7.1.1. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

7.1.2. A Emissora e os Debenturistas encontram-se ciente e de acordo que o envio das notas fiscais ao Agente Fiduciário possuirá caráter meramente informativo, não importando em qualquer obrigação ou responsabilidade deste, em qualquer momento, por qualquer ato, fato ou prejuízo, devendo o Agente Fiduciário enviar de forma eletrônica (PDF) as referidas notas fiscais aos Debenturistas, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da solicitação destes, sendo que o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas não poderão divulgar total ou parcialmente o objeto e/ou o conteúdo das referidas notas fiscais a quaisquer terceiros, salvo quando solicitado por órgãos competentes.

7.2. As despesas a que se refere a Cláusula 7.1 (o) acima deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora, e compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) despesas com fotocópias, digitalizações, envio de documentos, despesas cartorárias;
- (c) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas à Emissora e não entregues dentro de 30 (trinta) dias corridos;
- (d) *conference calls* e contatos telefônicos;
- (e) despesas de viagem, transportes, estadias e alimentação, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário;
- (f) despesas com especialistas, tais como assessoria legal ou contábil ao Agente Fiduciário em caso de vencimento antecipado das Debêntures; e

25.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

JURIDICO
VISTO

[Handwritten mark]

- (g) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser justificadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

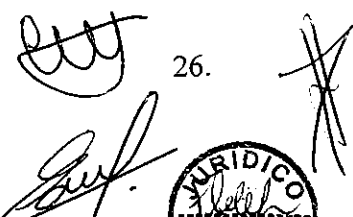
Cláusula Oitava – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. A Emissora nomeia e constitui como Agente Fiduciário da Emissão, a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

8.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas Cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) é uma instituição financeira, estando devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (e) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (f) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-las, para exercer a função que lhe é conferida;
- (g) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (h) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;

26.

A handwritten signature is written over the number 26. Below the signature is a circular stamp with the word "JURIDICO" at the top and a signature inside the circle. To the right of the stamp is another handwritten mark.

(i) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;

(j) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão, conforme informações e documentos disponibilizados pela Emissora;

(k) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto;

(l) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, eficaz e vinculativa do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro; e

(m) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário na 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia real adicional, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Emissora ("2ª Emissão da Emissora"), com data de emissão em 23 de maio de 2014, em que foram emitidas 15 (quinze) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), com vencimento em 23 de maio de 2019. Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 2ª Emissão da Emissora são garantidas por cessão fiduciária de direitos creditórios de sua titularidade oriundos de contratos de fornecimento de combustível entre a emissora e seus clientes, conforme previsto na escritura de emissão.

8.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou até sua efetiva substituição ou, caso ainda restem obrigações inadimplidas da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão sejam integralmente cumpridas.

8.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo serviço de Agente Fiduciário parcela anual única no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), devida 5 (cinco) dias após a data de assinatura da Escritura de Emissão.

8.4.1. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

27.

28.

8.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos órgãos competentes, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCERN, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sendo que neste caso, o oficial do registro notificará a Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- (f) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (g) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (h) solicitar, às expensas da Emissora, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões que estejam dentro do prazo de vigência dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 30 (trinta) dias corridos da data de solicitação;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora e desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora;

29.

JURIDICO

- (j) convocar às expensas da Emissora, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida), mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, às expensas desta;
- (k) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida) a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatórios anuais destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
- a. eventual omissão ou inveracidade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatoria prestação de informações pela Emissora;
 - b. alterações estatutárias ocorridas no período;
 - c. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - d. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - e. conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - f. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - g. relação dos bens e valores entregues à administração do Agente Fiduciário;
 - h. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - i. existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:

30.

JURIDICO

VISTO

- (i) denominação da emissora;
- (ii) valor da emissão;
- (iii) quantidade de debêntures emitidas;
- (iv) espécie;
- (v) prazo de vencimento das debêntures;
- (vi) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
- (vii) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período;
- j. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
- (m) divulgar as informações referidas na alínea "j" do item (o) acima em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento;
- (n) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- a. na sede da Emissora;
- b. na sede do Agente Fiduciário;
- c. na CVM;
- d. na CETIP; e
- e. na sede do Coordenador Líder.
- (o) publicar, em conjunto com a Emissora e às expensas desta, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;

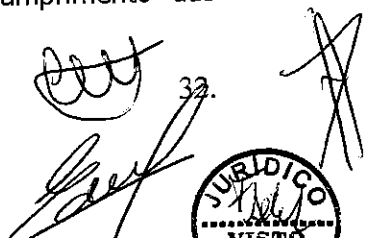
- (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, mediante a subscrição a integralização das Debêntures pelos Debenturistas, expressamente autorizam, desde já, a CETIP, o Banco Liquidante e o Escriturador a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição da titularidade das Debêntures;
- (q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (r) notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, as expensas da Emissora, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados na Cláusula 6.24. acima, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis da data em que tomou ciência do evento a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP; e
- (s) disponibilizar aos Debenturistas e demais participantes do mercado, em sua central de atendimento e/ou *website*, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, a ser calculado pela Emissora.

8.6. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

8.7. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão somente serão válidos quando previamente deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida).

8.8. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato cuja decisão seja de competência dos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas por estes. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das

32.



orientações dos Debenturistas a ele transmitidas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

8.9. No caso de inadimplemento da Emissora, o Agente Fiduciário deverá usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:

- (a) declarar, observadas as condições da Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) requerer a falência da Emissora;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

8.9.1. O Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 6.18 desta Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a), (b) e (c) da Cláusula 8.10 acima, se a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida) assim o autorizar por unanimidade dos titulares de Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), sendo certo que na hipótese da alínea (d) acima, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), nos termos do disposto na Cláusula 6.18 acima.

8.10. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida) para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definidas abaixo), ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da

Emissão. A substituição não resultará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

8.10.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora, pedindo sua substituição.

8.10.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

8.10.3. Caso ocorra à efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração paga ao Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida).

8.10.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

8.10.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos da Cláusula 2.3 acima.

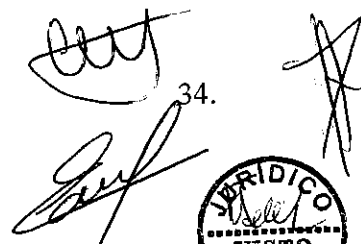
8.10.5.1 O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos da Cláusula 6.24. acima.

8.10.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

Cláusula Nona – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

34.

A handwritten signature is written over the number 34. Below the signature is a circular stamp with the word "JURIDICO" at the top and a signature inside the circle.

9.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

9.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

9.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas, em primeira convocação, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos.

9.5. A Assembleia Geral de Debenturistas, em segunda convocação, somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias corridos após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

9.6. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação (conforme definidas abaixo) e, em segunda convocação, com qualquer número.

9.7. Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.




9.8. Para efeito da constituição do quórum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Cláusula Nona, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges. Para efeitos de quórum de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

9.9. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Agente Fiduciário, ao debenturista eleito pelos demais Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

9.10. Exceto conforme estabelecido nesta Escritura de Emissão, as deliberações serão tomadas por Debenturistas que representem 51% (cinquenta e um por cento) das Debêntures em Circulação, inclusive com relação a alterações nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura de Emissão que não apresentem outro quórum específico.

9.11. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quóruns* estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares

35.

de Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.




9.12. Independentemente das formalidades previstas na Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão serão consideradas regulares as deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

Cláusula Dez – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

10.1. A Emissora neste ato declara que:

- (a) no seu melhor conhecimento, até a presente data, nem a Emissora, nem qualquer dos Representantes: (i) usou os seus recursos e/ou de suas Controladas para contribuições, doações ou despesas de representação ilegais ou outras despesas ilegais relativas a atividades políticas; (ii) fez qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo seus familiares), nacionais ou estrangeiros, praticaram quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; (iii) violou a Lei Anticorrupção; ou (iv) fez qualquer pagamento de propina, abatimento ilícito, remuneração ilícita, suborno, tráfico de influência, "caixinha" ou outro pagamento ilegal (conjuntamente, "Condutas Indevidas");
- (b) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (c) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias e regulatórias, à celebração desta Escritura de Emissão, à Emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (e) esta Escritura de Emissão, bem como as obrigações respectivamente previstas, constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus




36.

termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;

- (f) a celebração desta Escritura de Emissão, o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e a Emissão não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (aa) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (bb) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, ou (cc) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (g) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão e não tem conhecimento sobre a ocorrência e existência, na presente data, qualquer Evento de Vencimento Antecipado;
- (h) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula Quarta acima;
- (i) está cumprindo, todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, inclusive referente a temas socioambientais;
- (j) a Emissora não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora;
- (k) as informações e declarações contidas nesta Escritura de Emissão em relação à Emissora e à Oferta Restrita, conforme o caso, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;
- (l) não omitiu ou omitirá nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;
- (m) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;

37.

- (n) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI divulgada pela CETIP e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé;
- (o) as Demonstrações Financeiras da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2013 e 2014, representam corretamente a posição patrimonial e financeira consolidada da Emissora naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- (p) não é necessária autorização regulatória para celebração desta Escritura de Emissão e para realização da Emissão e da Oferta Restrita;
- (q) está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e judicial;
- (r) possui válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações, e licenças e outorgas, inclusive as ambientais, materialmente relevantes para o regular exercício de suas atividades, estando todas elas válidas, inclusive declara e garante que solicitará e manterá válidas todas e quaisquer autorizações de que trata esse item, as quais venham a ser futuramente necessárias e exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais necessárias para exercício, excepcionadas as hipóteses em que a Emissora esteja comprovadamente diligenciando para obter referidos documentos, ou se, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de eventual não obtenção, renovação, cancelamento, revogação ou suspensão dos referidos documentos, a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional (ou administrativo, se for o caso) autorizando a regular continuidade de suas atividades até a renovação ou obtenção dos referidos documentos;
- (s) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas são verdadeiros, consistentes, precisos, completos, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures;
- (t) está familiarizada com instrumentos financeiros com características semelhantes às das Debêntures;

38.

[Handwritten signature]



- (u) os administradores da Emissora têm ciência dos termos das Debêntures, estão familiarizados com seus propósitos e objetivos e aprovarão sua emissão;
- (v) é pessoa sofisticada e tem o conhecimento e a experiência em assuntos financeiros e de negócios, inclusive no que diz respeito a operações da mesma natureza que as Debêntures, que os capacitam a avaliar o mérito, os riscos e a adequação das Debêntures; e
- (w) decidiu, por sua conta e risco, emitir as Debêntures, e está contando exclusivamente com a consultoria e recomendação de seus próprios assessores para definir o tratamento financeiro, legal, regulatório, tributário e contábil pertinentes às Debêntures, e não se baseou em qualquer opinião do Agente Fiduciário, do Coordenador Líder da Oferta Restrita e intermediárias contratadas e/ou de qualquer pessoa ou entidade ligada ao Agente Fiduciário e/ou ao Coordenador Líder da Oferta Restrita e intermediárias contratadas, para definir o tratamento contábil, fiscal, legal e regulatório aplicável às Debêntures ou para avaliar a adequação das Debêntures a seus propósitos.

Cláusula Onze – DAS NOTIFICAÇÕES

11.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A.

Rua Flórida, nº 1703 – 1º andar - Cidade Monções

São Paulo – SP – CEP: 04565-001

At.: Christiane Siqueira Vieira / Fulvius Tomelin

Telefone: (11) 2853-9079 / (11) 2853-9057

E-mail: christiane.vieira@ale.com.br / fulvius.tomelin@ale.com.br

Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

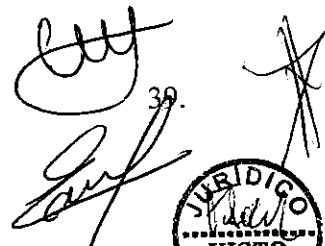

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304

CEP 22640-102, Rio de Janeiro – RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Tel.: (21) 3385-4565

E-mail: operacional@pentagonotrustee.com.br

 39. 

Para o Banco Liquidante

Itaú Unibanco S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, Torre Olavo Setúbal

CEP 04344-902, São Paulo – SP

At.: Dalmir N. Coelho

Tel.: 11 2740-2570

E-mail: dalmir.coelho@itau-unibanco.com.br

Para o Escriturador:

Itaú Corretora de Valores S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3500, 3º andar - Parte

CEP 04344-902, São Paulo – SP

At.: Dalmir N. Coelho

Tel.: 11 2740-2570

E-mail: dalmir.coelho@itau-unibanco.com.br

Para a CETIP

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano

São Paulo – SP

CEP: 01452-001

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

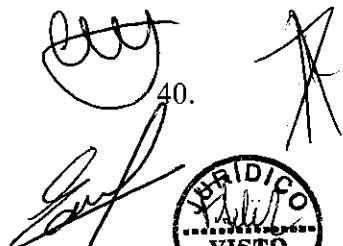
Fac-símile: (11) 3111-1564

E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

11.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. As comunicações feitas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de recebimento de “aviso de entrega e leitura”. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

Cláusula Doze – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

40.

A handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the word "BRIDICO" at the top and "11560" at the bottom, with some illegible text in the center. To the right of the signature is another handwritten mark.

12.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda acima, obrigando as partes por si e seus sucessores.

12.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.



12.5. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.6. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

12.7. Correrão por conta da Emissora todos os custos incorridos com a Oferta Restrita, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, da CETIP, do Banco Liquidante, do Escriturador e dos demais prestadores de serviços, e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

12.8. As Partes concordam que a presente Escritura de Emissão, assim como os demais documentos da Operação poderão ser alterados, sem a necessidade de qualquer aprovação dos Debenturistas, sempre que e somente (i) quando tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências de adequação a normas legais, regulamentares ou exigências da CVM, ANBIMA ou da CETIP; (ii) quando verificado erro material, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético; ou ainda (iii) em virtude da atualização dos dados

41.



cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que não haja (a) qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas.

Cláusula Treze – DO FORO

13.1. Fica eleito o foro central da Comarca do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora, o Agente Fiduciário, estes últimos, na qualidade de intervenientes anuentes, em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 15 de setembro de 2015.

[O restante da página foi deixado intencionalmente em branco.]

42.

JURIDICO

Página de assinaturas 1/3 do Instrumento Particular de Escritura da 3ª (terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quilografária, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Alesat Combustíveis S.A.

Nome: _____
Cargo: _____

Cargo:


Nome:
Cargo:

Cargo:



PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome: Pedro Silva
Cargo: Procurador

44.

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO REFERENTE À DESTINAÇÃO DE RECURSOS DA EMISSÃO

[Local], [•] de [•] de [•]

À

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4200, bloco 8, ala B, salas 302, 303 e 304, Barra da Tijuca
Rio de Janeiro, RJ

CEP: 22640-102

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Ref.: 3ª Emissão de Debêntures da Alesat Combustíveis S.A. | Destinação de Recursos

Prezados Senhores,

ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A., sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários, com sede na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, na Rua Manoel de Castro, nº 1.170, CEP 59.070-700, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 23.314.594/0001-00 e com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte sob o nº 24300004419, neste ato, representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora"), declara, para todos os fins de direito, em cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora, nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Alesat Combustíveis S.A.*" ("Escritura de Emissão") que utilizou até a presente data o montante de R\$[•] ([•] reais), equivalente a [•]% ([•] por cento) do Valor Total da Emissão (conforme definido na Escritura de Emissão).

Em anexo a esta declaração segue relação dos produtores rurais, bem como as informações que comprovam a devida destinação de recursos indicada acima ("ANEXO A").

Atenciosamente,

ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

